

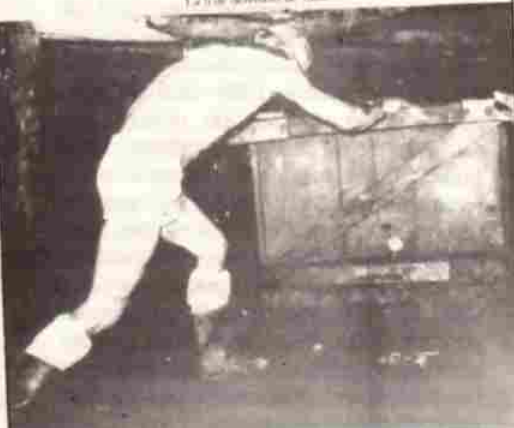
trabalho & saúde

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DOS TRABALHADORES

Grupo de Convênios de Saúde - GFC

1 a 5 de dezembro de 1986



- DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE SAÚDE DOS TRABALHADORES
- NOVAS ALTERNATIVAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS TRABALHADORES
- POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DOS TRABALHADORES

No período de 1 a 5 de dezembro, no centro de Convenções, em Brasília, realizou-se a I CNST (I Conferência Nacional de Saúde do Trabalho), convocada pelos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social (MPAS), do Trabalho (MTb), da Educação e pela Seplan (Secretaria de Planejamento da Previdência da República), contando com a participação de cerca de 600 congressistas, entre técnicos, trabalhadores e autoridades. O Diesat, convidado participou de duas mesas redondas.

Vários encontros preparatórios à CNST foram realizados, discutindo-se seus três temas principais: "Diagnóstico da situação de saúde do trabalha-

dor", "Novas alternativas de atenção à saúde dos trabalhadores" e "Política Nacional de Saúde dos Trabalhadores". Partindo-se destas discussões, foram elaborados relatórios referentes às realidades regionais.

Os relatórios retrataram realidades gravíssimas: cerca de 900 funcionários da Cosipa, em Cubatão, atingidos por graves doenças devido à contaminação por benzeno; 40 mil metalúrgicos de São Paulo com surdez profissional; de 20 a 30 mil operários portadores de silicose pulmonar na região sudeste; milhares de trabalhadores rurais sofrendo de intoxicação por agrotóxicos; e muitas outras.

Diante do quadro nada favorável da saúde do trabalhador brasileiro, salta a vista o fato de que o INPS, nos últimos 10 anos, registrou um total de 23 milhões de acidentes e doenças do trabalho no País, os quais causaram 63 mil mortes. Este número, que por si só já representa um dado assustador, dá apenas uma pequena ideia do problema, na medida em que existe uma total falta de coerência entre os dados fornecidos pelos diversos órgãos encarregados de cuidar da saúde do trabalhador.

Falta de credibilidade

A I CNST que de início propunha se aprofundar na discussão desses fatos, com ampla participação de trabalhadores, acabou acontecendo num momento da vida político-econômica nacional que, do ponto de vista do movimento sindical, tirou-lhe credibilidade.

Uma semana antes, em 24 de novembro, o Governo Federal havia de-

cretado o novo "pacote" econômico, conhecido como Cruzado II, que causou um grande descontentamento popular. Essa nova situação política motivou a imediata mobilização das centrais sindicais para a realização de uma greve geral, no dia 12 de dezembro. A rápida reação do Movimento Sindical e o clima de insatisfação geral contribuíram para a ausência dos Ministros da Previdência e Assistência Social e da Saúde às palestras que fariam dentro das atividades da Conferência. Ao contrário, na VIII Conferência Nacional de Saúde, que reuniu, em março, logo após o Cruzado I, cerca de 5.000 pessoas, contou com a participação de ministros e outras autoridades, inclusive, do próprio Presidente da República, José Sarney.

O único Ministro que se pronunciou na I CNST foi Almir Pazzianotto, que pouco acrescentou quanto às infor-



Centro de Memória Sindical

mações e propostas da política do MTB na área de controle e fiscalização das condições de trabalho e teve um comportamento no mínimo criticável: se negou a permanecer em planário enquanto a CUT se posicionava.

Ainda no que diz respeito à credibilidade da ação governamental, para se implantar qualquer política no campo da saúde e trabalho, é urgente a resolução do problema de escassez de profissionais para executarem atividades dentro dos Programas de Saúde dos Trabalhadores, que estão sendo implantados nas várias regiões do País.

Acontece que existe uma declaração de compromisso do Presidente Sarney, renovada a todo momento, de que as prioridades são os programas sociais. Apesar disto, há uma determinação que vigora, desde o início de sua gestão, que proíbe a contratação de funcionários pelos órgãos federais, a título de contenção dos gastos públicos. Esta determinação tem comprometido seriamente o desenvolvimento de propostas tais como a assistência médico-previdenciária e fiscalização das condições de trabalho, que constituem elementos importantes de infra estrutura para a implantação dos programas de saúde. A isso se soma, também, os baixos salários dos profissionais da Previdência, o que motivou, inclusive, uma greve nacional em meados de 1986.

Uma pergunta, então, é pertinente: já que a prioridade é social, porque não tratar setores sociais, como saúde e trabalho, diferentemente e suspender a proibição de novas contratações para estas áreas?

Quanto aos posicionamentos dos representantes de órgãos oficiais, presentes à I CNST, com exceção de alguns pronunciamentos ufanistas, que não condizem com a realidade dos órgãos, refletiram uma maior preocupação dos técnicos com a melhoria da qualidade de seu trabalho e em aparelhar convenientemente os órgãos para atender às demandas colocadas no dia a dia pela, também, maior cobrança dos trabalhadores.

Cadê os empresários?

O não comparecimento dos empresários mais uma vez demonstrou seu descaso em relação a encontros onde tenham que discutir e negociar, junto aos trabalhadores, um compromisso com responsabilidade que quase sempre não lhes interessa assumir.

Para os empresários foi mais interessante participar da Feira das Indústrias Produtoras de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), realizada "coincidentemente" no mesmo período da I CNST, no pavilhão do Anhembi, em São Paulo.

Não é novidade para ninguém que aí estavam as lideranças empresariais, enaltecendo as qualidades dos EPIs e a sua importância no controle dos acidentes e doenças do trabalho, ao invés de se preocuparem em promover melhorias das condições ambientais de trabalho.

De fato é esta a posição que os patrões defendem nos locais de trabalho e nada mais cômodo que continuarem com esta "lenga lenga", a se exporem a um debate público com o movimento sindical, onde o eixo da discussão se orientaria para assuntos de maior repercussão e expressão política e social.

Resoluções

Apesar de não ter sido debatido com a profundidade necessária, a criação de um ministério único, que reúna todos os órgãos ligados à saúde do trabalhador, é uma das propostas do documento redigido pelos participantes da I CNST.

Hoje, tanto o trabalhador rural, quanto o urbano, quando é vítima de um acidente, encontra dificuldades para ser reabsorvido pelo mercado de trabalho e receber as indenizações a que tem direito. Por isso, a estabilidade para o trabalhador acidentado e uma política mais efetiva em relação às doenças do trabalho são outras das reivindicações que deverão constar do documento.

A Conferência sugere, por fim, que 10% do PIB (Produto Interno Bruto) sejam destinados à saúde no Brasil, ao invés dos 4% atuais.

Estas e outras resoluções, que serão reunidas no relatório final da Conferência, sem dúvida servirão de eixo para a elaboração de uma nova política nacional de saúde e deverão repercutir nos trabalhos do Congresso Constituinte. Porém, para sua efetivação, não bastam por si mesmas e necessitam de uma cada vez mais organizada intervenção do movimento sindical na defesa dos interesses dos trabalhadores. Afinal, não será o governo ou os empresários, ambos ilustres ausentes, que se encarregarão dessa defesa!



Previdência fecha ano com superávit de Cz\$ 20 bilhões

O IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - até o ano passado se encontrava à beira do precipício, apresentando em dezembro de 1985 um saldo de caixa negativo de 3 bilhões. Este ano aconteceu o contrário, a arrecadação do Instituto veio mantendo um crescimento constante, terminou o mês de dezembro com um superávit de Cz\$ 20 bilhões, atingindo um recorde histórico com uma arrecadação de Cz\$ 200 bilhões durante todo o ano.

Para se ter uma idéia, a Previdência Social iniciou 1986 muito bem, apresentando no mês de janeiro um saldo em caixa de Cz\$ 10 bilhões. Passando no mês de março, quando o esperado era Cz\$ 10,2 bilhões, para o resultado final de Cz\$ 12,4 bilhões. Em outubro já tinha conseguido atingir 50% a mais que em março, ou seja, Cz\$ 18,2 bilhões, quando o previsto era Cz\$ 15,3 bilhões. Mantendo sempre um crescimento em sua arrecadação, a Previdência em novembro alcançou Cz\$ 19,5 bilhões de superávit.

Como se pode observar, a Previdência parece ter, definitivamente, se livrado do estigma que a condenava como entidade falida. Entretanto, até o próprio presidente do IAPAS, Eugênio Doin Vieira, reconheceu que os recursos obtidos pelo sistema previdenciário não foram repassados na forma de benefícios aos segurados na proporção de sua dimensão. O presidente do IAPAS explica que todo o sistema está sendo revisto, - "A nossa prioridade foi combater o fantasma do déficit" - espera que em 87 os segurados já sintam a diferença. (Jornal do Brasil de 29/outubro de 1986).

Aliás, otimismo é o que não falta, por parte dos administradores da Previdência Social, é claro. Para o ano de 1987 já foi feita uma previsão de crescimento na arrecadação entre 33% a 35% sobre o ano de 1986, na expectativa de uma receita superior a Cz\$ 260 bilhões. Diante disto o órgão está pro-



gramando uma ação fiscalizadora mais rígida sobre as empresas de maior porte. Eugênio Doin Vieira anunciou o treinamento de 14.300 servidores na escola de administração previdenciária, aperfeiçoamento de cadastros e registros com instalação de micro computadores nas regiões fiscais.

Todavia, mais importante do que essas medidas, é o cumprimento de todas as promessas feitas durante o ano de 1986, a serem realizadas em 1987. Uma delas é o reajuste das pensões e aposentadorias, logo no mês de janeiro, restituindo as perdas dos aposentados, durante todos esses anos, com relação ao poder aquisitivo. Além de aumento substancial do salário família, trabalhadores rurais com os mesmos direitos dos urbanos, extinção das filas, proteção de trabalhador através de um plano de saúde, dentre outras.

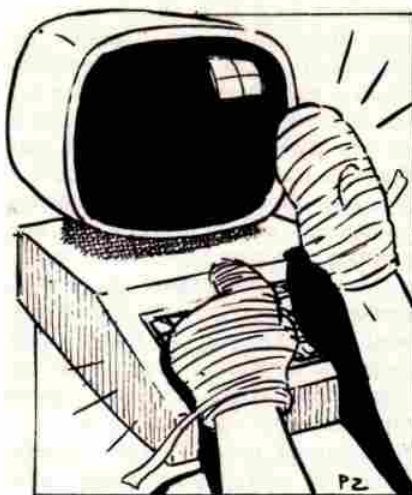
Para finalizar, a realidade é que a situação da Previdência Social, quase que milagrosamente, foi salva este ano. Em contrapartida os seus serviços, que já eram ruins durante os anos de recessão, em nada melhoraram. Os trabalhadores continuam com uma Assistência Médica precária, enquanto que os administradores da Previdência, eufóricos com o superávit do sistema, aplicam as sobras no "overnight", chegando a Cz\$ 27,9 bilhões, em outubro. (Jornal Zero Hora/RS de 23 de outubro de 1986).



SINDICAL

Trade Union's progress. Gewerkschaft notizen.

Tenossinovite é reconhecida como doença profissional



Diário do Comércio & Indústria

tudo os digitadores, que apresentam número elevado de casos já constatados: cerca de 10% dos empregados em três das estatais de Processamento de Dados do País - Dataprev, Datamec e Serpro - são portadores da doença. Apesar de já ser conhecida nos E.U.A. e Europa há pelo menos 10 anos, só agora foi reconhecida como doença profissional no Brasil.

Este reconhecimento faz parte de uma luta que os profissionais em processamento de dados vêm desenvolvendo desde 1978, com a fundação da APPD-SP (Associação dos Profissionais de Processamento de Dados de São Paulo). Em 1981 foi elaborado um projeto de regulamentação da profissão, onde constavam todas as doenças que afetavam a categoria, e a tenossinovite era uma delas. Desde então, começou a crescer o número de pessoas que, afetadas pela doença, procuravam o Sindicato de Processamento de Dados, pedindo ajuda. Em seguida o tema entrou na pauta de reivindicações da categoria, para discussão nas Convenções Coletivas de Trabalho e como consequência as empresas passaram a ser obrigadas a emitir a CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho) para cada digitador que estivesse com a lesão.

Entretanto, a circular do Inamps reconhecendo a doença como profissional foi uma vitória apenas parcial dos digitadores, pois o conflito ainda continua com a falta de coordenação dos órgãos da Previdência Social. Conforme explica Rita de Cássia Francisca Gonçalves, diretora do SINDPD-SP (Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo) e membro da Comissão de Saúde do Sindicato, o Inamps aceita a CAT da empresa e dá ao paciente um afastamento de 90 dias para tratamento. Este então é enviado para o INPS, onde recebe o benefício acidentário, correspondente a 92% do salário.

O problema, segundo Gonçalves, é que o INPS não reconhece a tenossinovite como doença profissional e após 90 dias, o paciente ao passar pela pe-

A tenossinovite (doença que acomete principalmente os digitadores de dados, causando inflamação nos tendões das mãos - que unem o osso ao músculo, provocada por movimentos repetitivos, por tempo prolongado) finalmente foi reconhecida como doença do trabalho, através de circular assinada pela Corredora de Programas Especiais do Inamps, Maria de Fátima Andreazzi, no dia 7 de novembro de 1986.

Esta doença, também conhecida como "síndrome dos digitadores", começa a se manifestar por uma sensação de dormência e inchaço nas mãos, seguida por fortes dores no pulso, braço e antebraço e produz uma impotência funcional - dificuldade para realizar movimentos - e diminuição da capacidade motora. Se não tratada no início pode causar paralisia e sérias deformidades nas mãos, pela atrofia dos nervos. Uma vez adquirida a doença, com tratamento adequado se consegue diminuir as dores e a inflamação; porém, o uso continuado das mãos em movimentos repetidos, como na digitação, pode tornar a doença incurável.

A tenossinovite atinge pianistas, datilógrafos, donas de casa adeptas do tricô, apertadores de parafuso e sobre-

EXPEDIENTE

Trabalho & Saúde é órgão informativo do Departamento Inter-sindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT).

Comissão Editorial: Francisco de Castro Lacaz, Primo Alfredo Brandimiller, Leila Zidan e Luiz Valente.

Diretor Responsável: Remigio Todoshini

Jornalista Responsável: Francisco Medeiros Mib. 14.904

Editora: Deborah Rita Ferreira Gomes

Diagramação: Deborah Rita Ferreira Gomes

Redação e Administração: Rua das Carmelitas, 149, 3.º andar - São Paulo - Capital - CEP 01020 - Tel.: 35-1250.

Composição e Impressão: Gráfica e Editora FG - Av. Senador Vergueiro, 3.706 e 3.716 - Rudge Ramos - Fone: 457-3710 - São Bernardo do Campo.

DIRETORIA DO DIESAT

Comissão Executiva: Remigio Todoshini, Bernardino Tesia, Gilberto Salviano da Silva, José Ribamar Serra Almeida, Luiz Fernando Maia, Uriel Villas Boas, Anisio Buzana, Luiz Felipe da Costa Nogueira.

Conselho Fiscal: Sérgio Soares, Josino Bernardes, Alex Oliveira Rocha da Silva, Antonio Nazareno dos Santos, Jorge Roberto dos Santos e Alberto Aquino.

CORPO TÉCNICO

Coordenador Técnico: Primo Alfredo Brandimiller

Correspondentes: Miguel de Somoni e Ana Maria Tambelli (RJ); Flávio Valente (SC); Carlos Valadares, José Alberto Chastini, Anibal Muniz Silvaney Neto, Fernando Martins de Carvalho e Silva Malta Galvão (BA); Wellington Coimbra (ES); Nilza Almeida (PR); Annie Thébaud (França); Daniel M. Berman (E.U.A.).

É permitida a reprodução de matérias, desde que citada a fonte.

ria é mandado de volta ao trabalho. Se continua a sentir dores, retorna ao Inamps, permanecendo em um "círculo vicioso, sem ter o repouso de que necessita", acrescenta Gonçalves.

O pior é que nem sempre a maior dificuldade encontrada é no INPS. Algumas vezes o atingido pela tenossinovite não consegue nem sequer passar pelo Inamps. "O Sindicato recebe telefonemas de digitadores que receberam a CAT da empresa e, ao chegar no Inamps, se deparam com a desinformação do médico em relação à doença", conta Maria Zelinda Ruel, membro da Comissão de Saúde do SINDPD-SP.

Ela acredita que em muitos casos, onde a doença já atingiu uma certa gravidade, o melhor seria a vítima receber aposentadoria por invalidez (correspondente a 100% de salário), "pois mesmo se a empresa mudar o atingido pela doença de setor vai ser difícil encontrar uma função, onde não precise ter o esforço das mãos", diz Zelinda.

Segundo ela, o Sindicato já está tomando algumas medidas para conscientizar o setor do problema, como promover reuniões com os profissionais da área, para difundir o conhecimento que já se tem da doença e formas de evitá-la, bem como está se reunindo com as empresas e negociando com elas uma diminuição na pressão existente por maior produtividade.

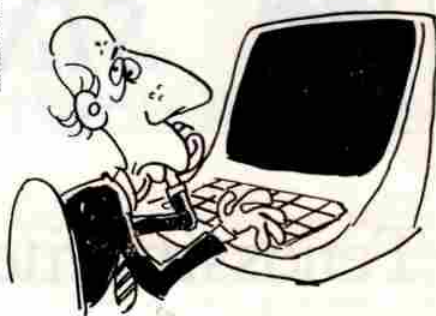
"Sistema terrorista"

O número de pessoas lesionadas pela tenossinovite tem crescido sensivelmente devido a desumanização do ambiente de trabalho, onde os empregados exercem sua função sob forte pressão das chefias, como forma de alcançar uma maior produtividade.

A situação já se encontra tão séria que recebeu a denominação, pela categoria, de "sistema terrorista", onde é exigido uma produtividade cada vez maior: 12.500 a 15.000 toques por hora, chegando algumas empresas a forçar acima de 18.000, quando a legislação admite no máximo 8.000 toques por hora.

O interesse da maioria das empresas é manter a alta produtividade. Desrespeita-se a legislação em vigor, que garante ao digitador um descanso de 10 minutos para cada 90 de trabalho, numa jornada de 6 horas diárias. Obriga-se a execução de trabalhos repetitivos e monótonos, que exigem muita concentração, em ambientes geralmente inadequados. Submete-se o trabalhador a um rígido controle de erros. Todos esses fatores acabam por unir, dando origem à doença. A pequena dor que é seu início compromete a produtividade do trabalho, e redobra-se a pressão da empresa sobre ele.

Informe Sindical



A tenossinovite causa no digitador um esgotamento físico e mental.

Antônio Jane Cardoso, psicólogo e especialista em L.E.R. (Lesões por Esforços Repetitivos), em palestra no SINDPD-SP, conta o que sucede então: quando o trabalhador sente dores e começa a produzir menos, geralmente é visto pelo chefe de produção e por seus colegas de trabalho como preguiçoso e é acusado de estar com uma doença psicológica. Cardoso condena este tipo de atitude para com um doente e explica: "A pessoa lesionada é obrigada a enfrentar a burocracia da Previdência Social (por exemplo; as filas), passa pela perícia e engessa o braço, continua a sentir dores constantes e ao mesmo tempo, descobre que pode estar com uma invalidez parcial". Neste ponto, Cardoso dá uma pequena pausa, olha atentamente para a plateia e lança a seguinte pergunta: "Será que esta pessoa vai ter higitez mental (influência na capacidade mental)?" E ele mesmo responde: "É lógico que o problema psicológico é mais uma consequência do que uma causa, como insistem em afirmar alguns donos de empresas".

Condições adequadas de trabalho

A tenossinovite, para o médico e especialista em L.E.R. Dr. Ari Papa Squilar, é resultado da "diminuição da informação dos médicos em contraste com o desenvolvimento de informática". Para Squilar a doença é um problema de conjunto e em palestra proferida no SINDPD-SP, expõe algumas precauções que podem ser tomadas: manter a temperatura do ambiente constante de 22.º a 23.º centígrados; umidade não deve ser muito baixa, senão resseca o ar provocando ressecamentos nas mucosas do nariz e dos olhos; cadeiras com distância de 35 a 50 cm da mesa, com altura regulável.

O aumento de remuneração do digitador (que hoje está entre Cz\$ 2.500 a Cz\$ 4.500) é outra medida de precaução, segundo Squilar, "pois, desta forma, o trabalhador evitaria fazer horas extras ou mesmo ter dois empregos com atividades que requeira esforços re-

petitivos". Ele acrescenta, ainda, outro fator de grande importância: o repouso. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), numa jornada de 6 horas de trabalho, para cada 50 minutos é necessário 10 minutos de descanso; já para o Dr. Ari Squilar o ideal seria 45 minutos de trabalho para cada 15 minutos de descanso, onde, acrescenta, o digitador deve manter uma boa postura.

Apesar de Squilar afirmar que não existe uma postura ideal, um caderninho distribuído pelo SINDPD-SP, com o título "Doenças Profissionais em Processamento de Dados", dá algumas dicas sobre uma postura confortável para um operador diante de uma tela: tórax ereto, dorso apoiado no encosto da cadeira; cabeça inclinada 20.º; ângulo de confronto visual compreendido entre 32.º e 44.º na horizontal; antebraço e mãos horizontais, braço vertical; ângulo braço ante-braço maior ou igual a 90.º; coxas horizontais, ângulo coxa-perna maior ou igual a 90.º e pés apoiados.

É melhor prevenir do que remediar. Seguindo essa filosofia, o sindicato, luta hoje, para que a DRT através de um roteiro, passe a fiscalizar todas as empresas de Processamento de Dados, a fim de constatar se estas estão mantendo condições ambientais favoráveis para a saúde do trabalhador. Ao lado disso, reivindica que a doença seja reconhecida como ocupacional ou proveniente do trabalho, "assim eliminando o problema do digitador ficar correndo atrás de provar sua doença", como explica Rita de Cássia F. Gonçalves. Acrescenta, também, que com este reconhecimento, o sindicato e a DRT passarão a ter o poder de interditar os locais de trabalho, nos casos extremos de desrespeito à saúde do trabalhador.



Posição confortável.

Doenças profissionais em Process. de Dados

NITRO QUÍMICA

antes e depois de 15 de novembro

As questões relacionadas com a saúde dos trabalhadores vêm assumindo um destaque cada vez maior na luta de vários Sindicatos operários. E acontecimentos realmente importantes vieram a público no bojo da campanha eleitoral de 15 de novembro, no estado de São Paulo. Que esses acontecimentos vieram a atingir determinados interesses políticos, ninguém tem dúvida, que influenciaram a vida de 700 operários contaminados pelo dissulfeto de carbono no setor de fiação da Nitro Química (uma empresa ligada ao Grupo Votorantim), também ninguém duvida. Mas, se esses acontecimentos acabaram por ter influência positiva ou negativa nas condições de trabalho dentro desta empresa, é uma incógnita para o grande público, pois da mesma forma que o assunto pegou força, se perdeu. Assim, Trabalho & Saúde, nesta edição, faz uma retrospectiva dos fatos e busca informar os leitores da atual situação dos "acontecimentos da Nitro Química".



Aproximadamente do final do mês de setembro até a metade de novembro, a Nitro Química Brasileira de Produtos Químicos, do grupo Votorantim, situada em São Miguel Paulista - Zona leste de São Paulo, tomava conta das manchetes de jornais. Isso ocorria devido aos graves riscos à saúde dos 700 trabalhadores do setor de fiação de rayon da empresa, os quais estariam expostos a agentes químicos altamente agressivos.

A denúncia base do escândalo foi feita pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo e confirmada, durante inspeção na empresa, por equipe de fiscais da DRT, chefiada pelo então diretor da Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, Mário Bonciani. Cerca de 127 dos 700 operários do setor de fiação já estariam contaminados por dissulfeto de carbono, gás exalado no processo de produção do rayon e capaz de trazer sequelas desastrosas ao

organismo humano, desde a perda do equilíbrio motor e da audição, por sua atuação sobre o sistema nervoso central, até a diminuição do desejo sexual, devido a causar lesão nos testículos.

O fato da Nitro Química ter sido denunciado publicamente causou polêmica, principalmente nos meios políticos de São Paulo, pois atingiu diretamente o prestígio do então candidato do PTB ao governo de São Paulo nas eleições de 15 de novembro, Antônio Ermírio de Moraes, presidente licenciado do grupo Votorantim. Como consequência, o Sindicato dos trabalhadores Químicos de São Paulo, filiado à CUT, foi acusado pelos diretores da empresa e pelo próprio Antônio Ermírio de Moraes de estar explorando o caso como manobra político-partidária.

O campo de batalha estava armado e eram visíveis os interesses políticos. Estas intrigas, no entanto, se empatarem o andamento dos acordos en-

tre o sindicato e a Nitro Química, para resolver a questão da contaminação, ao mesmo tempo despertaram a atenção dos meios de comunicação, que passaram a acompanhar o caso assiduamente, colaborando, assim, para que algumas decisões fossem mais rapidamente tomadas, em favor da questão principal: a saúde dos trabalhadores.

A luta vem de longe

A luta por melhores condições de saúde dos trabalhadores da Nitro Química vem desde muito tempo. Segundo Hélio Neves, médico do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de SP, em 1982 o Sindicato começou a denunciar os problemas existentes na fábrica. Em 1984 já haviam sido feitos exames nos trabalhadores, onde se constatou a gravíssima situação do setor de fiação. Hélio Neves ressalta que "não é só no setor de fiação que foram constatadas irregularidades, mas sim em praticamente todas as seções da empresa".

Diante do agravamento do problema, o Sindicato solicitou a fiscalização da DRT, que confirmou o descumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho pela Nitro Química.

Rodolfo Andrade Vilela, engenheiro de segurança e membro da Comissão de Saúde do Sindicato, afirma que o assunto veio à "tôna", por coincidência, próximo às eleições, "devido a alguns dados que recebemos recentemente, inclusive da ABPA". O levantamento a que se refere Rodolfo, feito pela ABPA (Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes), indicou uma concentração de 73,73 miligramas de dissulfeto de carbono por metro cúbico de ar, no setor de fiação da empresa, quando o limite de tolerância estabelecido por lei é de 47 miligramas por metro cúbico, confirmando a suspeita do Sindicato que a contaminação deveria ser geral e não restrita a alguns casos.

Tentativas de acordo

Diante dessa situação, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo, segundo o jornal *Sindiluta* de 1/outubro/86, fez as seguintes exigências à empresa:

- Afastamento de todos os 600 trabalhadores da Fiação de Rayon para exame médico;
- Intervenção da seção e que se tomem as providências necessárias para melhorar o ambiente de trabalho;
- Redução da jornada de trabalho para 4 horas diárias;

- Redução do número de máquinas em operação na fiação de rayon;
- Comissão de fábrica, eleita pelos trabalhadores, para fiscalizar a produção.

Durante este período, algumas reuniões foram realizadas entre a DRT (Delegacia Regional do Trabalho), o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas de São Paulo e a direção da Nitro Química, sem muito sucesso. Muitas vezes a empresa não cumpria os acordos firmados na reunião, isto quando não se negava a comparecer.

Em relação a um dos itens reivindicados, o Sindicato acabou recorrendo à Justiça Comum e a empresa foi interdita no dia 6 de outubro, pelo delegado regional do trabalho Argeu Quintanilha, acatando determinação do juiz Paulo Octávio Baptista, da 10.ª Vara da Justiça Federal. Ao saber da interdição, o diretor coordenador da Nitro Química, Fernandes Gonçalves, disse: "nós vamos parar porque somos obrigados, mas vamos recorrer porque não podemos aceitar uma situação que pode colocar em jogo o emprego de 2.500 pessoas. É mais um problema de ordem social do que econômica" (depoimento do *Correio Popular*, 7 de outubro de 1986).

Esta interdição, sem dúvida, também se deveu à greve desencadeada pelos operários do setor de fiação quatro dias antes, 2 de outubro, cuja paralisação foi progressiva. No turno da noite, dos 200 operários, 40 entraram para trabalhar. Pela manhã o índice de paralisação aumentou e a tarde *nenhum operário* do setor marcou seu cartão de ponto.

"Saúde não se vende"

Os operários em greve, animados pela nova situação, aglomerados em frente à fábrica, gritavam e agitavam uma faixa com os dizeres: "Saúde não se vende".

Mas, para infelicidade tanto dos trabalhadores como do Sindicato, no dia 9 de outubro, o juiz Antonio Vital de Vasconcelos, da 14.ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, cassou a liminar concedida pela 10.ª Vara da Justiça Federal, o que levou a DRT a interditar o setor de fiação, por tempo indeterminado.

A alegação do juiz para suspender a primeira interdição foi que o Sindicato dos Trabalhadores Químicos de São Paulo apresentou à Justiça "apenas os documentos relativos ao impasse nas negociações, suprimindo sintomaticamente dois documentos, a manifestação

Folha da Tarde/São Paulo



da empresa e a resposta do sindicato" (depoimento ao *O Estado de São Paulo*, 10 de outubro de 1986).

Um dos documentos a que o juiz se refere é o de 13 propostas apresentadas ao Sindicato dos Químicos de S.P. pela empresa, no dia da paralisação dos operários. O outro documento é a resposta do sindicato, aceitando 4 propostas, mas nem todas integralmente. Segundo o juiz estes dois documentos mostravam uma situação favorável ao impasse.

"O juiz não levou em consideração a existência no local de trabalhadores contaminados, e nem se a empresa estava tomando medidas de precaução sobre o assunto", afirmou revoltado, Rodolfo Vilela.

Na realidade a empresa nada havia feito em relação ao ambiente de trabalho, pois conforme o acordo feito desde a primeira reunião entre as partes - Sindicato, DRT e empresa - o setor de fiação deveria diminuir 30% de sua produção. Através de fiscalização feita pelo diretor da DRT, Mario Bonciani, pode-se constatar que das 127 máquinas do setor, 13 estavam paradas, apenas 5 a mais do que as 8 que normalmente ficam desligadas para manutenção. Diante do que se conclui que a Nitro Química havia diminuído somente 10 a 15% da produção. Após alguns dias, passada a fiscalização, todas as máquinas do setor voltaram a funcionar normalmente.

O INAMPS e a guerra política

Finalmente, um dia após a interdição do setor de fiação, 7 de outubro, o Inamps iniciou os exames nos operários, para detectar possíveis danos cau-

sados pela super exposição do dissulfeto de carbono. Para isso, contava com a participação dos médicos da Nitro Química, do Serviço Social do Sesi, da Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes, de entidades ligadas à área empresarial da Faculdade de Saúde Pública da USP, da Fundacentro, da Santa Casa de São Paulo, do serviço médico do Sindicato dos Trabalhadores Químicos e da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

O início dos exames nos trabalhadores do setor de fiação de Nitro Químicas, ao invés de amenizar a situação, parece ter causado mais transtornos. O fato é que, segundo Herval Pina Ribeiro, Secretário de Medicina Social do Inamps, os trabalhadores seriam submetidos a exames específicos e, numa fase posterior, seria feita uma avaliação estatística daqueles que apresentassem um conjunto de distúrbios físicos e psíquicos em comum. Com isto os resultados dos exames levariam no mínimo 3 meses para ficarem prontos.

Esta demora de 3 meses fez com que o Inamps fosse acusado por ambos os lados de estar protelando o resultado dos exames, devido às eleições de 15 de novembro para o governo de São Paulo.

Por um lado Antonio Ermírio de Moraes denunciou que a demora do Inamps fazia parte de uma manobra política de seus adversários com o objetivo de esconder a verdade sobre a campanha de difamação de que teria sido vítima. "Tenho certeza de que os laudos serão negativos", acrescentou Antonio Ermírio de Moraes (depoimento do *Jornal do Brasil*, 29 de outubro de 1986).

Por outro lado, Rodolfo de Andrade Vilela contestou: "Foi tudo mon-

tado para que não houvesse um resultado concreto antes da eleição e que comprovasse as irregularidades cometidas pela empresa": e acrescentou: "o Inamps agiu com extrema morosidade em todo o processo, colocando em plano secundário a preocupação com a saúde do trabalhador".

Desta forma, o Inamps foi alvo do fogo cruzado de uma guerra política, na qual não houve vencedor, por falta de vencidos. Mas, com a finalidade de forçar a situação, a Nitro Química Brasileira, no dia 5 de novembro, através de matéria paga nos jornais, publicava um documento com o título "Médicos desmontam a farsa", anunciando que os operários examinados não estavam expostos a condições de trabalho diferente das encontradas em outras indústrias. Este relatório contava com a assinatura de 29 médicos do Inamps.

A respeito deste documento, Herval Pina Ribeiro, negou que fosse o laudo oficial do Inamps, referente aos 600 trabalhadores da seção de rayon de Nitro Química, e explicou que era um memorando interno e que fora utilizado, indevidamente, com fins políticos.

A situação após as eleições

Dois dias antes das eleições, 13 de novembro, os jornais publicavam uma nota com o título "Grupo Votantín: Retrato de Exploração dos Trabalhadores", que contou com a assinatura de oito sindicatos, dentre eles o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

Após esta nota e passada as eleições de 15 de novembro, os jornais já não trataram mais o assunto com o mesmo empenho, deixando desta forma, algumas dúvidas: reuniões entre DRT, Sindicato, empresa e Inamps continuam sendo realizadas? A empresa está tomando medidas para tornar o ambiente de trabalho favorável à saúde dos trabalhadores? O Inamps continua realizando exames nos operários da Nitro Química?

"Não conseguimos mais nenhuma reunião com a empresa e nem com o Inamps, após o dia 15 de novembro", afirma Hélio Neves, médico do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Ressalta, ainda, que a maioria dos trabalhadores do setor de fiação de rayon da Nitro Química estão sendo demitidos e que a empresa não tomou nenhuma medida ambiental favorável à saúde do trabalhador.

Em relação aos exames realizados nos trabalhadores, Neves diz não estar a par dos últimos resultados, pois "após o dia 15 de novembro, o Inamps colocou novos coordenadores em cada área". Estas áreas são subdivididas em: psiquiatria, neurologia, otorrinolaringologia, oftalmologia, clínica médica e cardiologia. "A partir desta divisão", continua Neves, "não nos foi permitido acompanhar os exames".

Segundo Herval Pina Ribeiro, Secretário do Inamps, os exames nos trabalhadores continuam sendo realizados e esclarece o seu procedimento. Numa 1.ª fase os trabalhadores são submetidos a exames clínicos: oftalmológicos e de fonoaudiologia. A partir daí, numa 2.ª fase, foram criados coordenadores de áreas, com a finalidade de se obter um parâmetro de normalidade e anor-

malidade. Por fim, na 3.ª fase, serão feitos estudos epidemiológicos e consequentemente bio-estatísticos, que permitirão uma avaliação "para detectar se os possíveis casos encontrados de contaminação estão relacionados com esta ou aquela causa ou ao conjunto de causas, entre as quais a exposição ao sulfeto".

No que diz respeito ao acompanhamento dos exames, Ribeiro diz que a participação tanto da empresa como do sindicato só poderia se realizar através de reuniões, pois "para o acompanhamento dos doentes, o Inamps já conta com seus próprios médicos, que aliás tem experiência suficiente para coordenar os trabalhos". Ressalta-se ainda que, após as eleições, o Inamps não teria sido mais procurado pelo sindicato para reunião.

Em relação as acusações que foram feitas ao Inamps, antes das eleições, de estar protelando os exames dos operários devido as manobras de cunho político, Ribeiro respondeu: "A verdade é que o trabalho a ser realizado com os operários realmente leva tempo". No que se refere a posição do Inamps, Ribeiro diz que ter sido "equidistante", tanto assim que passada as eleições, ainda não temos os resultados".

Como se pode observar, após as eleições os acontecimentos em torno do assunto foram muito poucos. As diversas mesas redondas que vinham sendo realizadas até então cessaram. A empresa não tomou nenhuma medida para maior segurança dos operários que trabalham sob o barulho enrupecedor das máquinas e o cheiro forte de gás sulfídrico.

Segundo Ribeiro, os exames dos operários ficarão prontos, provavelmente em março. Depois de prontos serão encaminhados às autoridades competentes, para que estas tomem as medidas necessárias. Quando tempo isto levará? Se o sindicato não intervir, junto com os trabalhadores, como vinha fazendo antes das eleições, talvez nunca as medidas necessárias sejam tomadas, pois a indústria, por si só, não o fará.

Além disto, Hélio Neves afirma que Argeu Quintanilha, delegado regional do trabalho, estaria empatando o andamento das resoluções, pois apesar de estar com o processo nas mãos, não tomou, ainda, nenhuma atitude. Diante dos fatos, Neves explica que o Sindicato, agora, precisa levantar novos dados para reabrir o processo. Espera-se que isto seja feito com urgência, antes que a questão se perca e junto com ela a saúde de mais 700 trabalhadores.



Os manifestantes na porta da DRT.

EUCATEX: uma segunda Nitro Química

Da mesma forma que a Nitroquímica, a Eucatex localizada na região de Salto, a 130 Km de São Paulo, e ligada a família de Paulo Maluf, começou a ganhar destaque na imprensa no mês de outubro. Este destaque foi devido a 6 casos de leucopenia (doença que produz diminuição dos glóbulos brancos, debilitando as defesas do organismo, e que pode evoluir para leucemia) encontrados entre os 2.500 operários da Indústria.

Semelhante à questão da Nitro Química, no que diz respeito à polêmica criada por questões políticas, a denúncia contra a Eucatex, feita pelo médico Ubiratan de Paula Santos, colocou em jogo a candidatura de Paulo Maluf nas eleições de 15 de novembro para o governo de São Paulo.

Entretanto, mais importante do que saber se o problema foi colocado em pauta devido ou não ao momento político, são as condições de trabalho dos operários desta empresa, que exercem suas funções sem a proteção necessária contra produtos químicos como o benzeno, produto este responsável pelos casos de leucopenia constatados. A falta de proteção adequada e a insalubridade do ambiente de trabalho fica clara quando, ao lado de leucopenia, são encontradas também outras doenças ocasionadas pelo trabalho, como surdez profissional.

O mais curioso é que a empresa conhecia as condições de saúde dos seus operários. A DRT, ao vasculhar os arquivos da Eucatex, no início deste ano, descobriu que esta já estava, há muito tempo, ciente dos danos que a poluição sonora e os hidrocarbonetos aromáticos - benzeno - causavam em seus funcionários. Mas, não tomou nenhuma providência, não notificou seus empregados, nem tampouco os afastou do local de trabalho.

Além desta, outra denúncia contra a Eucatex foi feita por Vitorio Matiu-
zi, presidente do Sindicato dos Traba-

lhadores da Construção e do Mobiliário de Salto. Segundo Matiu-zi, alguns funcionários, na tentativa de escapar do convênio médico da empresa, que até 1984 não havia registrado nenhum caso de acidente do trabalho ou doença profissional, procuravam atendimento no programa de saúde do trabalhador. "Em março os 10 trabalhadores examinados pelo programa de saúde de Salto foram demitidos", afirma Matiu-zi. (Depoimento ao *Jornal do Brasil*, 4 de outubro de 1986).

Mesmo assim, a intenção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Salto, ao contrário do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo, no caso da Nitroquímica, não era o de interditar a indústria. Na mesma época em que a Nitroquímica foi interdita, o delegado regional Argeu Quintanilha afirmou que no caso de Eucatex também haveria uma interdição "se necessário", e que a decisão apenas dependeria de laudo técnico. Ao que Juvenil Cirelli, diretor do Sindicato de Salto, respondeu não ser este o objetivo do Sindicato. "Estamos apenas defendendo a saúde do trabalhador", explica Cirelli (depoimento à *Gazeta Mercantil*, 7 de outubro de 86).

Por sua vez, Mario Bonciani, diretor da DRT, afirmou, em entrevistas ao jornal *Folha da Tarde* de 4 de outubro de 1986, que já há dois anos vem sendo realizado levantamento de insalubridade pela Secretaria do Trabalho do Estado e pelo Serviço Sanitário Municipal de Salto, que atuam no programa de saúde dos assalariados locais. Sendo assim, conforme explica Mario Bonciani, o cronograma de inspeção que estava sendo realizado na Eucatex não tinha nada a ver com o calendário eleitoral, pois segundo ele, faz parte de um processo iniciado em 1984.



No final de 1985 e início de 1986, de 19 exames audiométricos realizados em operários da Eucatex, foram encontrados 8 portadores de surdez profissional por ruído. Em 22 de abril de 1986, o número havia crescido: das 20 fichas clínicas examinadas pelos técnicos da DRT constou-se que pelo menos 13 trabalhadores deveriam estar afastados para tratamento médico, por doença profissional. Desses 13 trabalhadores, 3 estariam com leucopenia e 10 com indícios de surdez profissional. Além destes, outros 3 casos de leucopenia foram encontrados, a partir de exames feitos pelo ambulatório de saúde ocupacional de Salto.

Partindo de todos esses dados, após aceitação das denúncias do programa de saúde dos trabalhadores de Salto, foi realizada, em maio, uma mesa redonda na DRT, com a participação de Sindicato e a gerência de Recursos Humanos da Eucatex. Nesta reunião, a empresa foi notificada das suas condições ambientais irregulares e pediu um prazo de 5 meses até outubro, para solucionar as falhas.

Passados 5 meses, o ambiente da Eucatex continuou insalubre. Conforme afirmou Mário Bonciani, em depoimento à *Folha da Tarde* de 4 de outubro de 1986, a Eucatex solicitou o prolongamento do prazo em uma semana. Mas faria ela em uma semana o que não fez em cinco meses?

É inegável que com a campanha eleitoral, as denúncias feitas contra a Eucatex ganharam força. Mas, por outro lado, como a Nitro Química, caíra no esquecimento pelo mesmo motivo: passadas as eleições, deixaram de ser notícia.

Mas, mesmo quando eram notícia, a única coisa com que realmente a Eucatex se preocupou foi em manter sua boa imagem. Uma campanha publicitária foi veiculada nos jornais, tvs e rádios enaltecendo suas "boas qualidades" como grande empresa e sua colaboração para a "economia do País".

Nem antes nem depois das eleições as condições de trabalho foram melhoradas. Como na Nitro Química.



DAS REVISTAS

Magazine's news. Zeitschrift Notizen.

ASBESTOS: pode haver uso seguro?

Promovido pela FUNDACEN-TRO (órgão do Ministério do Trabalho que cuida das pesquisas relativas às condições de higiene e segurança do trabalho) e realizado em abril de 1986 no anfiteatro da CETESB, o *I Seminário Internacional sobre exposição do Asbesto* não conseguiu responder satisfatoriamente sua principal questão: pode o asbesto ser utilizado em condições de segurança, sem riscos para os trabalhadores?

Contando com a participação do DIESAT, de representantes de órgão técnicos sérios, como a ABPA (Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes), de órgãos oficiais e de convidados de vários países (como EUA, Canadá, Inglaterra, França e Itália), o seminário não teve a repercussão que se poderia esperar. A par do tratamento acadêmico dado ao assunto, sentiu-se (fato que foi confirmado posteriormente) que sua principal função, ao contrário do esperado, era provar que existem formas seguras de extração, beneficiamento e industrialização do asbesto, posição energicamente combatida pelo DIESAT, ABPA, representantes de sindicatos de trabalhadores brasileiros, e alguns dos representantes de entidades de pesquisa estrangeiros presentes.

Representando o movimento sindical brasileiro na área de saúde do trabalhador, o DIESAT defendeu que "não pode haver uso seguro para o asbesto (...) pois este é liberado constantemente dos produtos que o contém..." (como o cimento amianto, por exemplo) e que a posição dos trabalhadores é a proibição do uso de qualquer substância cancerígena na indústria e sua substituição por outra não prejudicial à saúde. Essa posição, no entanto, recebeu uma fria acolhida por parte dos outros participantes e dos promotores do evento, os primeiros, de uma forma ou de outra ligados às indústrias produtoras de asbestos e seus derivados, e os segundos preocupados em não se falar nada que pudesse "causar pânico" na população (referindo-se à denúncia do DIESAT de possível contaminação da água domiciliar pelas fi-

bras de asbesto despreendidas das caixas d'água de cimento amianto).

Mesmo não se podendo considerar um avanço, o resultado do seminário também não chegou a ser um retrocesso. Foi mais um fórum onde os trabalhadores puderam se expressar contra o uso de substância que afetam gravemente sua saúde e da população como um todo.

Suécia também é contra uso de asbesto

O governo sueco banuiu o uso do asbesto no país. Um artigo publicado na Revista Working Environment/86 (Trabalho e Ambiente), com o título "The fight against asbesto" (A luta contra asbesto), informa que várias medidas estão sendo tomadas neste sentido. Uma delas por exemplo, é a proibição, a partir de 1.º de janeiro de 1987, de veículos leves (carros e motos) conterem em seus freios fibras de asbesto. Para veículos a proibição é válida a partir de 1 de julho de 1988.

As providências para a extinção do uso do asbesto na Suécia não são recentes: já há seis anos pesquisas vem sendo realizadas com o intuito de se encontrar substitutos para esta fibra e desde abril de 1984 já estão sendo feitos freios de ônibus e formação de chassis de caminhão livres de asbestos, o qual também está sendo retirado dos isolantes (térmicos e elétricos).

No início tanto empresas como os governos dos EUA e do Canadá (este último, grande exportador de asbesto), protestaram veemente contra essas medidas. Mas a EPA (Environmental Protection Agency - Serviço de Proteção Ambiental), órgão do governo americano que vem há anos tentando banir o asbesto dos E.U.A., já tratou de fazer diminuir estes protestos.

O governo Sueco, de sua parte parece se manter firme na luta contra o asbesto, tomando providências, também, em relação aos trabalhadores. Todos os que, em qualquer período da vida, estiveram expostos ao asbesto, tem agora direito a exames médicos gratuitos. Além disto, negociações estão sendo feitas, entre os sindicatos de

trabalhadores e empregadores, no sentido de indenizar os que tiveram danos à saúde resultantes destas exposições.

Outras propostas do comitê que regulamenta o uso do asbesto já foram aprovadas pelo governo e incluem: mapeamento de todos os sistemas de ventilação que contenham asbesto até 1.º de janeiro de 1987; vigilância, pelo município, de todas as escolas que tenham materiais com asbesto; retirada total do asbesto das estradas de ferro suburbanas e nacionais, no período máximo de 8 anos; criação de um ambiente de trabalho saudável a bordo de navios (que contêm isolantes com asbesto); estabelecimento de um "banco de conhecimento" sobre substitutos do asbesto.

DIESAT HOJE

DIESAT today. DIESAT heute.

Diesat/RS promoveu

Negociação Coletiva das Condições de Trabalho



Dentro do campo da atuação sindical, uma das formas de se lutar por melhores condições de trabalho é através da Negociação Coletiva. Para debater este tema o Diesat promoveu, de 24 a 26 de novembro deste ano, o *I Seminário sobre Negociação Coletiva das Condições de Higiene e Segurança do Trabalho*, o qual contou com o apoio e financiamento da ILDES (Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico e Social) e reuniu 25 sindicalistas, 2 advogados sindicais e 5 técnicos de Higiene e Segurança do Trabalho.

O que se sabia até agora é que diferentes categorias de trabalhadores vem conseguindo inserir parcial ou integralmente, nas suas Convenções Cole-

tivas do Trabalho, propostas referentes às condições de trabalho nas empresas relacionadas, por exemplo, com a atuação dos representantes dos empregados nas CIPAs, ou com a estabilidade dos acidentados, ou, ainda, com pagamento de adicionais de risco (insalubridade, periculosidade) dentre outras. De um modo geral tais cláusulas tem procurado muito mais suprir as falhas e ausências da legislação, do que propriamente resolver questões específicas de um outro setor específico de trabalho. Os resultados, por outro lado, tem variado, principalmente em função da força de cada sindicato cobrar o cumprimento e a utilização prática dessas cláusulas.

A vista deste quadro o objetivo do seminário promovido pelo Diesat foi analisar e avaliar as diferentes experiências dos sindicatos participantes e buscar soluções para as dificuldades encontradas. Objetivou-se também esclarecer e aprofundar as questões técnicas envolvidas, no campo Jurídico e de Higiene e Segurança do Trabalho, procurando assim esclarecer bases para novas estratégias de negociação coletiva. Discutiu-se além disso, possíveis mecanismos de colaboração intersindical nessa área e criação de instrumentos específicos de assessoria.

Durante os 3 dias, esses objetivos foram sendo alcançados, tendo havido apresentação de documentos preparados por técnicos do Diesat/SP (1 médico do trabalho e dois engenheiros de higiene e segurança do trabalho), reuniões em grupo, relatórios de discussão e uma reunião final para elaboração das conclusões. Destas, destacam-se as seguintes: proposta de realização de seminários como este em outros estados; edição pelo Diesat de um livro específico sobre o tema; e publicação periódica das cláusulas sobre condições de trabalho inseridas nas Convenções Coletivas.

Conforme avaliação final dos próprios participantes, o DIESAT, com este seminário, cumpriu mais uma vez sua meta, aumentando as possibilidades de atuação do movimento sindical em defesa da saúde do trabalhador.

Diesat/RS denuncia

Contaminação na Indústria de Termômetros

O Diesat do Rio Grande do Sul denunciou a maior indústria de termômetros da América Latina - Incotern, instalada na zona sul de Porto Alegre desde 1973, com 35% de capital alemão, de estar expondo seus 250 funcionários ao contato direto com o mercú-



Segundo denúncia, Indústria de Termômetros não toma providências em relação à contaminação de seus funcionários.

rio metálico. Esta substância, que tem forma líquida, é altamente tóxica e quando ingerida ou inspirada pode causar distúrbios renais, gastrointestinais ou ainda danos ao sistema nervoso de forma irreversível. Além disto pode causar aborto e má formação fetal em gestantes.

O problema da contaminação dos funcionários da Incotern não é recente. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Biológicas (IPB) da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do R.S., há 3 anos, mostrou que empregados desta empresa apresentavam no organismo quantidades de mercúrio 5 vezes acima das toleradas. Através de exames de concentração na urina, feitos pelo Instituto, os níveis da substância encontrados nos 10 funcionários chegaram a 250 microgramas por litro, enquanto que o normal são apenas 10 microgramas/litro e o máximo tolerado, conforme determina a legislação trabalhista, são 50 microgramas/litro.

A partir desta pesquisa, a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho da DRT/RS exigiu que a empresa cumprisse a legislação, que diz respeito aos exames dos funcionários. Segundo o artigo 168 da CLT, as empresas com atividades insalubres devem realizar exames em todos os que atuam nesta área a cada 6 meses.

O diretor da empresa, Semiro Scherer, admitiu que 7 empregados tem níveis de concentração de mercúrio no organismo de 100 microgramas por litro de urina, e que 2 pessoas, que trabalham 30 minutos por dia, ainda mantêm contato com os termômetros abertos contendo a substância. Por outro lado esclarece que, há 3 anos, após a modernização da empresa, excluindo esses dois funcionários, ninguém mais corre risco de contaminação, uma vez que o mercúrio, isolado durante todo o processo, passa diretamente para dentro dos termômetros através de uma bomba de vácuo.

Mas segundo o Diesat/RS e outras entidades que fizeram a denúncia (entre elas CUT, CGT e Agatan - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) o problema não se resolveu. Conforme afirmam, os funcionários continuam em contato direto com o metal (que só se manifesta no organismo da pessoa após um longo tempo de exposição) sem que a empresa tome as necessárias providências.

A situação parece ser ainda mais grave pois, segundo informação dos denunciantes, resíduos industriais estariam sendo jogados no riacho Capivari, que deságua na praia de Ipanema no Guaíba. Por isso eles solicitam exames no leite e águas do riacho, bem como no ar.

Quanto aos exames, o último controle feito pelo IPB nos funcionários da empresa foi em maio e Sérgio Verniere, responsável pelo setor de saúde ocupacional da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, diz que o nível de mercúrio do organismo dos funcionários vem baixando. Explica, também, que o único medicamento capaz de retirar o mercúrio do organismo (que vai se acumulando sem eliminação natural) é o Dimercoprol, que, por ser importado, dificulta o tratamento das pessoas intoxicadas (depósito do jornal Zero Hora 5/dez/86).

Novos exames serão realizados nos trabalhadores da empresa, através do IPB, para avaliar se os fatos denunciados pelo Diesat e outros órgãos ainda persistem. Mas independente disto, a verdade é que os empregados trabalham sem qualquer proteção, inclusive, sob as chamadas dos maçaricos que fazem a moldagem do vidro.

Diesat/RS promoveu

I Jornada de Saúde do Trabalhador

O Diesat do Rio Grande do Sul, dando continuidade as atividades que vem desenvolvendo desde sua fundação em 26/março deste ano, promoveu a I.ª Jornada de Saúde do Trabalhador. Realizado nos dias 10 e 11 de outubro, na sede da Federação dos Trabalhadores de Porto Alegre, o encontro reuniu cerca de 50 pessoas, dentre elas sindicalistas, cipeiros, representantes da DRT, DIEESE, CUT, CGT, FUNDACENTRO, INAMPS, médicos e outros técnicos ligados à área de segurança do trabalho. Na oportunidade os participantes discutiram os seguintes temas: "A função do Diesat no movimento sindical", "Acidentes do Trabalho e doenças ocupacionais" e "Política de Saúde dos trabalhadores".